

 <https://doi.org/10.23845/kgt.v14i3.85>

Dimensão geométrica da Ética em Baruch Espinosa **[Geometric dimension of Ethics in Baruch Espinosa]**

Anselmo Orlando Pinto

Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Urbaniana-Roma (Itália) e Licenciado em Filosofia pela Universidade São Tomás de Moçambique. É Director da Escola de Pós-graduação da Universidade São Tomás de Moçambique.

E-mail: anselmoorlando@yahoo.com.br

Resumo

Ética Demonstrada Segundo a Ordem Geométrica, é uma obra dividida em cinco livros. Para Espinosa a *Ética* é uma ontologia universal, uma lógica e uma antropologia. Esta tríplice visão da ética espinosana se compreende na linha das formas de conhecimento por ele advogados: o empírico, o racional, e o da ciência intuitiva. A filosofia de Espinosa é uma crítica da superstição em todas as suas formas. A partir do título *Ética Geométrica*, se observa que Espinosa concebe a filosofia como ciência para a vida, como norma de comportamento, onde os postulados e as deduções podem ser concatenados numa ordem matemática.

Palavras-chave

Ética. Matemática. Ontologia. Lógica. Antropologia.

Abstract

Demonstrated Ethics According to the Geometric Order, it is a work divided into five books. For Espinosa, Ethics is a universal ontology, a logic and an anthropology. This threefold view of the espinosan ethics is understood in the line of the forms of knowledge advocated by him: the empirical, the rational, and the intuitive science. Spinoza's philosophy is a critique of superstition in all its forms. From the title *Geometric Ethics*, it is observed that Espinosa conceives philosophy as a science for life, as a norm of behavior, where postulates and deductions can be concatenated in a mathematical order.

Keywords

Ethics. Mathematics. Ontology. Logic. Anthropology.



1 Introdução

Neste artigo nos propomos fazer uma abordagem em torno da dimensão geométrica da ética em Baruch Espinosa (1632 – 1677). É uma reflexão a partir da obra-prima do autor em causa, *Ética Demonstrada Segundo a Ordem Geométrica*. O título que a obra assume foi inspirado pelo *Os Elementos de Euclides*¹. É uma obra dividida em cinco (5) livros, o primeiro dos quais ilumina este estudo. São livros precedidos de prefácios, definições e axiomas, que sustentam a ordem das proposições com suas demonstrações, escólios, corolários, lemas e postulados. Vê-se logo a primeira vista que abrimos um livro diferente dos demais pela forma, mais próxima dos livros matemáticos.

Para Baruch Espinosa a *Ética* é uma ontologia universal, uma lógica e uma antropologia. Esta tríplice visão da ética espinosana se compreende, pois, na linha das três formas de conhecimento por ele advogados: o conhecimento empírico, ligado as percepções sensoriais; o conhecimento segundo a razão, representado pelas ciências e o conhecimento da ciência intuitiva, que é a visão das coisas em Deus.

Por razões de ordem metodológica, optamos em dividir o tema espinosano da *Ética* (embora seja um único corpus orgânico e de difícil desmembramento) em três possíveis linhas de reflexão, isto é, a concepção ontológica, lógica e antropológica da ética. Assim, ao ler o pensamento de Baruch Espinosa compreendemos, que a abordagem da questão ética interessa às ideias tradicionais da metafísica: o mundo, Deus e o homem. É nesta perspectiva em que convidamos o leitor, não só a ler, mas também, a estudar Espinosa e a aproximar-se dele tal como se aproxima a Euclides dado a complexidade de seu pensamento.

2 Vida e obras de Espinosa

Sobre a vida e a obra de Baruch Espinosa, existe uma bibliografia de enormes proporções. Todos aspectos importantes do seu pensamento e da sua acção têm sido expostos e interpretados com muita profundidade.

¹ O livro aqui referido é *Os Elementos*, tratado matemático e geométrico do ano 300 a.C., escrito pelo matemático grego Euclides. Certamente serviu de inspiração, pela sua forma, para que Spinoza compusesse sua *Ética*. Se Descartes faz reserva em se utilizar deste método de exposição porque a sua filosofia é analítica, Spinoza, por outro lado, escreve toda sua *Ética* de acordo com este método, pois sua filosofia é de caráter sintético.



Não é necessário que nos estendamos em pormenores na narração da bibliografia do autor porque o leitor interessado tem a sua disposição elementos mais que suficientes para conhecer os diferentes aspectos da sua vida familiar, intelectual e religiosa.

Sem dúvida, é importante ter presente que a vida de Baruch Espinosa está marcada pela fragmentariedade, pelos interrogativos diante do futuro. Disto ele estava consciente e chegou a considerar como algo sumamente positivo em sua vida.

Filósofo holandês de família hebráica prófuga de Portugal (SPIAZZI, 1992, p. 326). Estudou latim, matemática, física e medicina; distanciando-se pouco a pouco da comunidade hebráica, da qual tinha sido inicialmente educado, e lançando-se para a sua independência de juízo e de vida. Depois de ter também renunciado a herança familiar, teve uma existência modesta entre as várias cidades da Holanda, ganhando o pão com a perícia adquirida na fabricação de lentes.

Na academia Espinosa conheceu a obra de Maimônides, escolástico de tendência aristotélica; leu o judeu-espanhol Chasdai Crescam e o renascentista Leon Hebreu. Este último tentou conciliar o judaísmo e a cultura do Renascimento, especialmente o platonismo renovado, e propôs uma concepção do mundo baseada no amor como força cósmica.

Espinosa leu obras de Terêncio, Tácito, Tito Lívio, Petrônio, Virgílio, Sêneca, César, Salústio, Marcial, Plínio, Ovídio, Cúrcio, Plauto e Cícero. Dos gregos, leu Diofanto, Aristóteles, Hipócrates, Epiteto, Luclano, Homero e Euclides. Na mesma época, Espinosa estuda a filosofia de Descartes, sobre a qual escreverá, em 1663, *Os Princípios da Filosofia Cartesiana*. O peso do cartesianismo sobre Espinosa é, na verdade, o peso do novo racionalismo do século XVII; é a confiança no poder da razão tanto nos domínios da teoria, quanto na ação prática e que começou pela necessidade de elaborar as noções de método, de verdade e, a partir delas, as noções de ser e de ação.

A filosofia de Espinosa na sua completa visão é um sistema férreo racionalístico, resultante de dois momentos lógicos essenciais: clarificar ao máximo os conteúdos da experiência humana e resolver metafisicamente na ideia de substância infinita tais conteúdos (MICCOLI, 1999, p. 160). Estes dois momentos são dificilmente distinguíveis, porque o conhecimento não resulta de forma analógica, distinguindo o âmbito do sensível daquele supra-sensível, mas de forma substantiva, projectando a ordem do mundo ao fundo do ser absoluto mediante o princípio da síntese matemática (MICCOLI, 1999, idem).



Diferentemente de Descartes que implanta a sua filosofia sobre a actividade do eu pensante, Espinosa deduz o seu sistema da ideia de Deus, “causa sui”.

A filosofia de Espinosa é uma crítica da superstição em todas as suas formas: religiosa, política e filosófica. Para os Marxistas, Espinosa acabou com todas as tenebriedades do espiritualismo e da transcendência e restituiu à natureza a consideração da ciência, reivindicou para o homem a liberdade e a posse de duas verdades essenciais que foram proclamadas pela filosofia, a saber: o materialismo e ateísmo.

A crítica da superstição leva Espinosa a escrever o *Tratado Sobre a Ética*, onde demonstra como Deus é a causa racional produtora e conservadora de todas as coisas, segundo leis que o homem pode conhecer plenamente.

A partir do título *Ética Geométrica*, se observa que Espinosa concebe a filosofia como ciência para a vida, como norma de comportamento, onde os postulados e as deduções podem ser concatenados numa ordem matemática (MICCOLI, 1999, p. 327). Na base da sua concepção está a redução do dualismo cartesiano de substância pensante extensa (Deus), dotada de atributos infinitos, dos quais a mente humana conhece somente os dois que Espinosa indica como pensamento e extensão, que consubstanciam nos modos singulares de ser dos indivíduos (alma - pensamento; corpo - extensão). Deus é o princípio que funda a ordem racional da realidade (e não o cogito cartesiano).



3 Estrutura e Significado da Ética

Os estudiosos de Espinosa recomendam ler o *Tractatus de Deo et Homine e jusque felicitate* (ou simplesmente, tractatus) para compreender a Ética. Existe uma séria razão para isso, pois esta obra provavelmente escrita entre 1658-1660, mas descoberta em 1652, oferece um precioso esboço e ajuda a seguir a evolução do pensamento de Espinosa (HISCHBERGER, 1997, p. 62). Mas antes de nos fazermos ao largo, vamos compreender porque Espinosa chama a sua obra de *Ethica Ordine Geometrico Demonstrata* e de que maneira está estruturada.

A *Ética*² é uma obra de reflexão árdua que procura acolher e dar razão à eternidade e à imutabilidade das leis em Deus e na natureza; nela, o autor fala de Deus, da origem e da essência da alma, dos afectos, e do poder das paixões; do entendimento e da liberdade humana. Mas porque Espinosa a chama de *Ethica Ordine Geométrica Demonstrata*?

Parece estranha, mas por *Ética* Espinosa entende não só o conjunto de regras através das quais podemos viver sem prejudicar os que nos rodeiam, mas também, a doutrina de como devemos agir para vivermos uma vida boa ou em uma palavra, “ele emprega esta palavra tanto como arte de viver quanto como moral” (GAARDER, 1991, p. 268). Parece não fazer nenhum sentido mas ela tem. Ela é quase que uma metáfora. Quando a escreveu e a intitulou *Ética*, Espinosa nada mais queria dizer, senão que os homens deviam ler a *ética* porque lendo-a bem seriam capazes de ver bem as coisas, e vendo-as bem aprenderiam a viver bem. “Talvez aqui coloquemos uma questão: será que temos de viver segundo as leis da matemática? Não. A demonstração pelo método geométrico deve ser uma herança de Espinosa. Com boa racionalidade, Espinosa partilhou a opinião de que a maneira certa de alcançar o entendimento do mundo é aplicar os métodos da matemática à realidade” (MAGEE, 1999, p. 95). É seguindo este rigor que Espinosa coloca antes de qualquer demonstração da sua obra demonstrações, axiomas apropriados seguidos depois do próprio argumento, no final do qual são acrescentadas as letras *Q* e *D* que são abreviaturas de “*quod est demonstratum*” que significa: o que queríamos demonstrar. Espinosa não pretende de forma alguma reduzir todo o seu saber à matemática, senão de proporcionar ao homem um caminho pelo qual poderia aceder às soluções através de raciocínios encadeados à semelhança das operações da matemática (ABRUNHOSA – LEITÃO, 1995, p. 74-75).

Como elucidamos na nossa introdução ao pensamento de Espinosa, a *Ética* é uma ontologia universal, uma lógica e uma antropologia. Aliás, esta tríplice visão da *ética* espinosana está estreitamente conexa, e se compreende também, na lógica das três formas de conhecimento por ele advogados: o conhecimento empírico, ligado às percepções sensoriais; o conhecimento segundo a razão, representado pelas ciências e o

² A *Ética* é uma das obras mais destacadas no pensamento filosófico ocidental, pois, nela o filósofo tenta compreender a realidade por meio de um sistema integrado de pensamento. Mas nos convém dizer que uma boa parte das derivações lógicas que seguem os argumentos espinosanos só podem ser compreensíveis pelo leitor moderno, se se fizer às conjecturas que eram feitas frequentemente na época de Espinosa.



conhecimento da ciência intuitiva, que é a visão das coisas em Deus. Ora, passamos a seguir a fazer uma reflexão minuciosa de cada dimensão da ética seguindo o pensamento de Baruch Espinosa.

3.1 Concepção Ontológica da Ética

A ética é uma ontologia universal, porque é a teoria do Ser. De facto, a concepção da ontologia em Espinosa é uma pretensão de restabelecer a unidade do ser que Descartes tinha levado à sua fragmentação, ao contrário do que lhe havia sido ensinado pela tradição neoplatónica ainda viva na comunidade judaica em que se formou. A realidade, a substância, é uma só, única é a sua lei, única a ordem que a constitui. A característica fundamental do pensamento espinosano, sobretudo no que diz respeito a teoria geral do ser – ontologia, é a síntese que ele realizou entre concepção metafísico-teológica e a concepção científica do mundo. A sua filosofia parte da noção da natureza e, da perfeição de Deus, mas chega a uma concepção do mundo que elimina todas as exigências da ciência física. A tradicional teologia e a nova ciência da natureza fundem-se intimamente na obra de Espinosa (ABBAGNANO, 1970, p. 90).

Na vertente ontológica Espinosa apresenta uma ética que trata da essência de Deus, demonstrando que nela há uma identidade absoluta com a existência e com a potência. Deus é a Substância, ou seja, o Ser que é causa de si, que existe em si e por si, que é concebido em si e por si e que é constituído por infinitos atributos, infinitos em seu gênero e cada um deles exprimindo uma das qualidades infinitas da substância. Desses atributos conhecemos dois: o pensamento e a extensão. Convém-nos destacar as principais teses da ontologia espinosana:

- I. A Substância é causa de si mesma. Tal afirmação não significa, como na teologia cristã e na filosofia cartesiana, dizer que Deus é incausado, mas é dizer que Deus é auto-produtor.
- II. A Substância é causa de si do mesmo modo que é causa das coisas. Isso significa que o ato pelo qual Deus se produz é o ato pelo qual ele produz a totalidade da Natureza. A causa de si é causa imanente. Fica abolida a ideia de criação.
- III. Deus é causa eficiente e não causa final da realidade.



IV. O pensamento e a extensão são atributos infinitos de Deus. Sendo os atributos, aquilo que o entendimento reconhece como essência da substância, a extensão como essência da matéria e pensamento como a essência do Espírito, estes não existem de maneira autónoma e independente, pois eles pertencem de maneira necessária à substância. Segundo Espinosa, a substância tem infinitos atributos mas os homens conhecem apenas dois: a extensão (representada pela capacidade corpórea do homem) e pensamento (representado pelo intelecto humano).

O atributo seria mediador entre a substância e os modos, dado que os modos seriam a particularidade, a determinabilidade, as condições finitas da Substância, ou seja, “aquilo que representa a existência da Substância, enquanto existência real” (PABLO, 2011, p. 1624), por exemplo, o homem, a vida, a vontade, o amor. Colocando-nos neste prisma, concluímos que de certa forma, os modos nos mostram a Substância, já que é através deles que os atributos são representados; exprimimos tanto o aspecto crucial da Substância quanto do próprio atributo em si. Tentando explicar isto pelo método que Espinosa utiliza na ética diríamos que a Substância é uma ideia verdadeira, mas nós chegamos a ela através dos seus atributos e de seus modos. Daqui, podemos concluir, como diz Marilena Chauí “movimento e repouso, por exemplo, são modos infinitos da Substância divina; as ideias verdadeiras que formam o intelecto divino são modos infinitos da Substância. O corpo é um modo finito do atributo extensão; nossa alma é um modo finito do atributo do pensamento” (CHAUÍ, 2005, p. 101).

Destarte, só existe uma e única Substância infinita e repleta de infinitos atributos, que geram infinitos modos, entretanto esses modos são finitos ou infinitos, e apresentam a maneira como os atributos se mostram ao nosso intelecto, tomando sempre consideração, a ideia de que os atributos por definição se resumem a quanto que o nosso intelecto passou à capacidade de compreender a Substância. Nisto, os modos e os atributos exprimem a essência da Substância existente, segundo uma relação primordial entre a essência e a existência, dito de outra forma, os atributos e modos existem como expressão da essência da única e infinita Substância. Mostramos, portanto, a formação do sistema espinosano a partir da unidade do Ser (Substância) e da identidade de Deus com a natureza. E distinguimos, igualmente, na teoria espinosana, o Ser (Substância) que é abobada do seu sistema, dos atributos e modos.



Agora vamos ao fundo do pensamento espinosano tentando explicar os conceitos de *natura naturans* (natureza naturante) e *natura naturata* (natureza naturada).

Espinosa deixou claro que nenhuma existência em si pode-se afirmar fora de Deus, dado que tudo o que existe na natureza surge como modificação da Substância. Contudo, todos os seres particulares possuem uma essência e uma existência particulares, isto é, o modo finito, enquanto determinação singular da substância infinita conserva a sua realidade própria. É esta distinção entre a realidade moral feita pelo autor da ética que o leva a introduzir no seu sistema as noções escolásticas de *natura naturans* e *natura naturata*.

Natura naturans é Deus como princípio de todas as coisas, ou se quisermos usar as palavras de Marilena Chauí:

É a Substancia divina com seus atributos como Causa de si, Causa imanente de todas as coisas, e a *natura naturans*, como se pode ler no escólio da proposição II da parte primeira da Ética: (...) Tudo aquilo que é qualquer dos atributos de Deus, isto é, todos os modos e atributos de Deus, enquanto são considerados como coisas que existem em Deus e não podem existir nem ser concebidas sem Deus (...) e os modos infinitos e finitos inerentes a substância divina, produzidos pela actividade dos atributos que constituem o mundo em que vivemos é a *natura naturata* – natureza naturada” (ESPINOSA apud CHAÚÍ, 2005, p. 101).



Nesta ordem de ideias, a *natura naturata* é o conjunto de coisas determinadas que dimanam necessariamente do poder infinito da natureza de Deus.

Que relação existe então entre *natura naturans* e *natura naturata*? As imperfeições da *natura naturata* pertencerão também à *natura naturans*?

Chagas, comentando a posição espinosana relativa à segunda questão diz o seguinte:

“(…) para Espinosa, as coisas não são perfeitas nem imperfeitas, porque a perfeição (o bem) e a imperfeição (o mal) depende somente dos juízos dos homens. Assim, as falhas ou imperfeições da natureza, pertencem, na filosofia espinosana, não à natureza mesma, mas pelo contrário, à representação e valoração humanas da natureza (...). Assim sendo, a perfeição e a imperfeição são nada mais do que certos modos, maneiras determinadas de pensar, por assim dizer, predicados, os quais os homens agregam à coisa, já que as falhas, limites, imperfeições não são nada reais nem positivos (...)” (CHAGAS, 2006, p. 90).

3.2 Concepção Lógica da Ética

A Ética é uma lógica, porque a teoria do Ser é a explicitação coerente da inteligibilidade deste Ser. A concepção lógica da ética está mesmo patente na sua metodologia filosófica. É que o conhecimento necessário ao homem é o que se adequa plenamente à ideia do objecto e tem por isso em si a garantia necessária da sua verdade, que só pode ser alcançada mediante um caminho eficaz. Ora, o problema do método é o problema da via que leva a um conhecimento desse género. Neste contexto, o método não é, segundo Espinosa, a procura de uma garantia da verdade que decorra da aquisição das ideias, mas é antes a via para procurar na ordem devida a própria verdade, isto é, a essência objectiva das coisas. Espinosa define, por isso, o método como conhecimento reflectido ou ideia da ideia (ABBAGNANO, 1970, p. 91).

Outrossim, o método geométrico que Espinosa advoga, refere-se à linguagem ou à forma de representação. Descartes também quis empregar o método matemático à reflexão filosófica. E o que ele entendia por isto era uma reflexão filosófica construída sobre a base de conclusões rigorosamente lógicas. Spinoza está dentro da mesma tradição racionalista. Em sua ética ele pretendeu mostrar que a vida do homem é governada pelas leis da natureza. Para ele, o homem precisa se libertar de seus sentimentos e sensações, para só então poder encontrar a paz e ser feliz. Ou seja, para a consecução da felicidade humana, figura-se necessária uma via que, ordenada logicamente permite o homem libertar-se das paixões.

Sabemos, portanto, de forma decorativa que, segundo Espinosa, somos livres quando conhecemos, de tal modo que para este autor, o conhecer situa-se como libertação das paixões e fundamento das virtudes. Por isso, gnosiologicamente a nossa mente se eleva por graus, passando da imaginação à ciência e à visão mística das coisas consideradas sob espécie de eternidade. Ao nível do percurso individual, o homem, para agir eticamente, tem que ascender ao conhecimento, sendo que o paradigma ético é alcançado ao nível do terceiro género de conhecimento.

O conhecimento está associado uma finalidade ética que tem por objetivo fundamental fortificar a mente, no sentido de dar razões a esta para agir em função da realização do seu ser.

O pensamento que “pensa” com rigor alcança uma ordem de ideias impessoais, e não pensamentos subjectivos, fruto da imaginação; intui os objectos e concretizações da



natureza una, sob a forma de extensão/pensamento, orientando devidamente o desejo e alcançando a salvação, a alegria e a felicidade.

Espinosa manteve na *Ética* a distinção dos modos imediatos e mediatos, e que a aplicou para distinguir os modos infinitos em dois grupos. Pode dizer-se que os modos infinitos mediatos são as essências que constituem o que há de imutável nas coisas, pois dá como exemplo na Epístola LXIV, a Schuller (29-7-1675), “a fisionomia do Universo no seu conjunto, a qual se mantém sempre a mesma a despeito de ela variar em modos infinitos.”

As afecções de ódio, de cólera, de inveja, etc., consideradas em si mesmas, resultam da mesma necessidade e da mesma força da natureza que as outras coisas singulares; por conseguinte, elas têm causas determinadas, pelas quais são claramente conhecidas, e têm propriedades determinadas tão dignas do nosso conhecimento como as propriedades de todas as outras coisas cuja mera contemplação nos dá prazer.

Deve excogitar-se o modo de curar o intelecto e purificá-lo quanto possível desde o começo, a fim de que entenda tudo felizmente sem erro e da melhor maneira.

As ciências, a lógica, em particular, têm a finalidade de encaminhar a um fim, a saber, chegar à suma perfeição humana. Assim, tudo o que nas ciências não nos leva a esse fim precisa ser rejeitado como inútil.

Visto que é necessário viver enquanto cuidamos de o conseguir e nos esforçamos por colocar o intelecto no caminho recto, somos obrigados antes de tudo a supor como boas algumas regras de vida, a saber:

Dos prazeres somente gozar quanto basta para a consecução da saúde. Por último, procurar o dinheiro ou outra coisa qualquer só enquanto chega para o sustento da vida e da saúde, imitando os costumes da sociedade que não se opõem ao nosso fim.

Temos em primeiro lugar o fim para o qual procuramos dirigir todos os nossos pensamentos. Conhecemos, em segundo lugar, qual é a melhor percepção, com cujo auxílio podemos atingir a nossa perfeição. Vimos, em terceiro lugar, o primeiro caminho no qual a mente deve insistir para começar bem, que vem a ser: continuar conforme a norma de alguma ideia verdadeira existente, a investigar segundo leis certas. Para fazê-lo bem, o método deve fornecer o seguinte: primeiramente distinguir a verdadeira ideia de todas as outras percepções. Secundariamente, dar as regras para que percebamos segundo tal norma as coisas desconhecidas. Em terceiro lugar, estabelecer uma ordem a



fim de não nos cansarmos com inutilidades. Depois que conhecemos esse método, vimos em quarto lugar que ele será perfeitíssimo quando tivermos a ideia do Ser perfeitíssimo. Portanto, desde o começo se observará principalmente que devemos chegar o mais cedo possível ao conhecimento desse Ser. Porém, a lógica do pensamento é o caminho que permite alcançar a felicidade mediante um êxodo das paixões à virtude através do conhecimento.

3.3 Concepção Antropológica da Ética

A ética é uma antropologia, porque define o ser humano. Na *Ética* de Espinosa, além da abordagem sobre Deus, sobressaem também as questões antropológicas (MICCOLI, 1999, p. 165). A utilização do conceito de “conatus” para definir a natureza humana aproximando-a de todos os outros modos, mas sem omitir a sua especificidade, é outro aspecto essencial que demarca Espinosa de Descartes, e que caracteriza o seu sistema filosófico.

O “conatus” é este esforço, é a tendência do homem para a perseveração do ser no sentido em que aparece nas Proposições VI, VII, e VIII, da *Ética*, parte III. “Toda a coisa se esforça enquanto está em si, por perseverar-se no seu ser”; “O esforço pelo qual toda a coisa tende a perseverar no seu ser não é senão a essência actual dessa coisa”. Segundo estas proposições, cada coisa esforça-se para perseverar no seu ser; esse esforço de perseveração, nada mais é do que a tendência da essência dessa coisa. O “conatus” diz respeito à auto-preservação, e ao conjunto de actos que mantêm a integridade do ser (TENDEIRO, 2006, p. 40).

No que concerne à realidade humana, Espinosa é muito explícito: faz corresponder as determinações do corpo ao mecanismo somático e aos decretos da mente.

O homem é uma modificação dos atributos divinos, pensamento e extensão. A causa de sua acção é seu desejo.

O seu corpo é concebido como manifestação do atributo Divino – Extensão e a mente manifestação do atributo Divino – Pensamento. Trata-se da expressão empírica da substância como efeitos naturados dos seus atributos, cuja essência se conserva neles, e não de um dualismo corpo/alma à maneira cartesiana, mas de um monismo



antropológico, no qual a alma não organiza o corpo, mas é a representação dessa matéria que é o corpo (TENDEIRO, 2006, p. 40).

O desenvolvimento do desejo ocorre a partir do seu dinamismo natural, e a partir das afecções³ a que é sujeito. O desejo é inicialmente uma força não trabalhada, é apetite consciencializado, não orientado, que nos obriga a agir, impondo-se de tal forma sobre o homem, que o conhecimento do bem e do mal não lhe são obstáculo. Contudo, o homem começando por ser apetite não consciencializado, pode realizar-se em plenitude pela razão.

O homem define-se como ser que deseja, na medida em que o desejo é uma força primordial que o habita, orientando-o para determinados objectos e determinando o seu comportamento.

No escólio da Proposição IX, da parte III da *Ética*, Espinosa apresenta-nos uma definição do conceito de apetite, afirmando que, “o apetite não é senão a própria essência do homem, da natureza da qual se segue necessariamente o que serve para a sua conservação; e o homem é assim determinado a fazer as coisas” (Et. III, prop. rX.esc, pp. 277-278).

É no exame do problema do desejo, das paixões⁴ e da liberdade do homem que o termo *Ética* se esclarece. Para o senso comum, *Ética* e *Moral* são uma só e mesma coisa: doutrina dos deveres do homem.

³ Espinosa propõe-se tratar dos afectos, mostrando que a razão não tem sobre eles um poder absoluto. Segundo Espinosa, conhecer os afectos permite a passagem das coisas singulares e menos poderosas às totalidades mais poderosas e eternas. Quanto mais conhecemos as coisas, melhor nos conhecemos a nós próprios. Quando nos conhecemos a nós próprios e às coisas, inserimo-nos na totalidade, da qual somos modos.

⁴ Muitos filósofos se interessaram pela classificação das paixões: Platão, Aristóteles, São Tomás, Descartes, Espinosa, Hume, Kant, Freud, Scheler, Ricoeur, entre outros. Espinosa, porém, considera as emoções como coisas naturais e sujeitas às leis da natureza. Para ele a natureza é sempre a mesma, as suas leis valem em todos os campos, inclusive para o homem, por isso, não é possível entender o homem e suas emoções sem essas leis. É necessário tratar de modo geométrico as acções e os desejos dos homens, “tal qual como se se tratasse de linhas, de planos e de corpos”. Por emoção entende-se a passividade da mente que consiste na inadequação e confusão das ideias. A mente sofre quando possui ideias inadequadas e confusas; age quando possui ideias adequadas. A ideia adequada é a que deriva de Deus e se conhece, por isso os feitos que derivam dela enquanto é um modo da essência divina. Quem tem uma ideia adequada realiza necessariamente alguma coisa. As emoções essenciais são a alegria e a tristeza. A alegria é a emoção conexas à conservação e ao aperfeiçoamento do próprio ser, a tristeza é a emoção conexas a uma diminuição dele. Quando alegria e tristeza são acompanhadas pela ideia de uma causa externa que a produz, dão origem ao amor e ao ódio, emoções pelas quais o homem procura o que lhe proporciona alegria e foge àquilo que lhe proporciona tristeza. Destas emoções fundamentais procedem todas as outras, as quais, de facto, Espinosa deduz geometricamente, sem estabelecer entre elas nenhuma distinção moral mas considerando-as todas, quer sejam chamadas boas ou más, como manifestações naturais do homem, portanto do próprio Deus que no homem é e age, Cfr. COSTA E SILVA, João Batista. *Breve introdução ao estudo das Paixões em S. Tomás de Aquino (II)*, 233-249. In <https://s3.amazonaws.com>, consultado em 10 de Outubro de 2015.

A Ética é a definição (ou apresentação genética) do ser do homem tal como ele é; assim procedendo, Espinosa recupera o sentido grego de *ethos*: modo ou maneira de ser. Os nomes gerais bem, mal, belo, feio, justo, injusto, perfeito, imperfeito, são abstrações que não se referem a nada de concreto. A liberdade nada tem a ver com tais valores ou preconceitos.

O bem e o mal não se dizem senão relativamente, de maneira que uma mesma coisa pode ser chamada boa ou má conforme as diversas relações, assim como se dá com perfeito ou imperfeito.

O bem é o conceito central da ética pois, queremos o bem dado que nos aperfeiçoa moralmente. Mas temos de nos aproximar ao conceito metafísico do bem, que serve de fundamento para a bondade moral ou ética. A noção do bem e do ser gozam do princípio de identidade, mas cada um destes conceitos exprime uma faceta distinta do existente. De modo que tudo o que é, é bom (DE PEDRO et al, 2013, p. 33).

4 O Livre Arbítrio

O homem dispõe de uma vontade livre quando tem o poder de escolher. Assim, agir em vontade livre implica a capacidade de agir em liberdade, ou seja, diz-se que alguém dispõe de uma vontade livre quando tem a liberdade de escolher algo e fazê-lo enquanto poderia perfeitamente escolher de não o fazer.

Poucos foram os filósofos que, ao longo da história da humanidade, não absolutizaram a existência do livre arbítrio. Houve até épocas em que quase ganhou o estatuto de um dogma indiscutível e inquestionável. Agostinho de Hipona é um exemplo evidente e eloquente que espelha melhor o modo de pensar daqueles filósofos. “Para Agostinho a existência da vontade livre chegou a ser um problema, trata-se, a seu ver, de uma *Verdade Primária* e evidente e, portanto inquestionável” (ETIENNE, 1995, p. 191). Aliás, é ele mesmo quem diz em *As Confissões*: “Temos consciência de nos determinarmos a nós mesmos e de sermos responsáveis pelos nossos actos” (AGOSTINHO apud ETIENNE, 1995, p. 193). Mas a Agostinho só inquietam duas questões: qual a razão de ser da vontade livre? E como conquista ela a perfeição na liberdade?



Assim, durante muito tempo quase todos os filósofos concordavam unanimemente com Agostinho.

São Tomás de Aquino afrontou o problema da liberdade em muitas obras preocupando-se em demonstrar, antes de tudo, a sua existência e depois, também, em esclarecer a sua verdadeira natureza, determinando com precisão as suas correlações com o intelecto e com as outras faculdades da alma (MONDIM, 1980, p. 113).

Tomás define a pessoa humana como “o mais perfeito que existe em toda a natureza, ou seja, o ser subsistente na natureza racional” (ST, I, q.28, a.3, in c). Esta vida racional, que nos especifica como pessoas, não só nos faz possuidores de uma dignidade inalienável e sujeitos de deveres e direitos, como também nos introduz no mundo da liberdade e da responsabilidade. Com efeito, ser de natureza racional nos permite “ser donos dos nossos actos”, daí que cada pessoa, pelo simples facto de ser, possui uma dimensão ética (DE PEDRO et al, 2013, p. 21).

Kant, sustenta que a razão na sua função teórica nada pode dizer de definitivo sobre o problema da liberdade, enquanto diz respeito à realidade como é em si mesma, pois o objecto próprio da razão teórica são os fenómenos (MONDIN, 1980, p. 114). Kant afirma também que na sua função prática, ou seja, como fonte da moralidade, a razão não pode absolutamente prescindir da liberdade, porque sem a liberdade não é possível uma lei moral, nem uma imputação segundo essa mesma lei.

Os cientistas renascentistas levantaram com pujança a objecção colocada pelos estóicos na antiguidade. Aqueles acreditavam que nunca e ninguém já uma vez agiu em conformidade com a sua vontade livre. Com efeito, os cientistas renascentistas, nomeadamente, Copérnico, Galileu, Newton apossaram-se destas ideias e lhas deram um substrato científico.

Espinosa dedica três partes da sua *Ética* para provar a falsidade dos argumentos a favor do livre arbítrio.

O primeiro argumento, ele o expõe na parte primeira onde fala de Deus. Eis o argumento base: “Não existe um livre arbítrio porque as coisas não poderiam ter sido produzidas por Deus, de maneira ou em ordem diferente do que foram” (ESPINOSA, 1983, p. 46). Para Espinosa, admitir a existência do livre arbítrio é semelhante a admitir o argumento segundo o qual as coisas poderiam seguir um curso diferente daquele a que necessariamente foram submetidas pela natureza de Deus. E se isso não fosse verdade,



no pensar de Espinosa, implicava que existia uma outra natureza então além daquela que temos, facto que ele demonstra ser absurdo, pois levar-nos-ia a admitir a existência de dois deuses.

Este determinismo afecta a mente. É assim como diz na proposição 48 da II parte da Ética, onde fala da natureza e origem da mente:

“Na mente não há vontade absoluta ou livre. Ela é um modo determinado do pensamento e como tal não pode ser causa livre e absoluta das suas acções, ou seja, ela não é a capacidade absoluta de querer ou não querer alguma coisa, mas que ela é determinada a querer ou não querer uma e outra coisa que está determinada por outra, *ad infinitum*. Mas não só não possui uma vontade livre na mente, como também, Baruch Espinosa chega a afirmar a inexistência da causalidade entre o corpo e a mente, ou seja: o corpo não pode determinar a mente a pensar nem a mente pode determinar o corpo a pôr-se em movimento” (ESPINOSA, 1983, p. 31).

Assim, o que determina a mente a pensar é um modo de *pensamento-Deus* e não um modo de *extensão*. Espinosa observa que as pessoas que acreditam na causalidade entre o corpo e a alma estão iludidas porque nenhuma delas já determinou os limites e as capacidades do corpo, ninguém aprendeu pela experiência o que o corpo pode fazer sem a mente; ninguém sabe por que meios a mente pode mover o corpo ou quantos graus pode transmitir ao corpo e com que rapidez pode causá-lo. E um exemplo indubitável disto acontece nos sonâmbulos, aqui o corpo é capaz de fazer coisas de que ao acordar a mente se espanta. Por isso, diz Espinosa, aqueles que dizem que esta ou aquela acção do corpo provém da mente não sabem o que dizem. Pois, ignorando a verdadeira causa não tentam descobri-la.

O que se disse sobre o corpo também se pode dizer também para a mente. A mente nem é autónoma nem é movida pelo corpo, visto que, se ela fosse autónoma seria capaz de controlar seus apetites. Não seria capaz de fazer coisas de que mais tarde se poderia arrepender. Ela esqueceria e nem precisaria de se lembrar de nada. Daí que, o simples facto de o homem depender da memória para pronunciar ou não uma palavra isto prova que tudo o que acontece na mente não depende da vontade livre dela. Portanto, conclui Espinosa, quem acredita que às vezes fala ou faz silêncio, ou seja, o que for por livre decisão mental, está a sonhar com os olhos abertos.

Mas se nós somos determinados em todos os sentidos a agir contra a nossa vontade, então quem somos nós? Não estará “alguém” ou algo a usar a nossa mente e o



nosso corpo para fazer quilo que lhe apraz? Será que somos homens ou instrumentos nas mãos de um manipulador supremo?

J. P. Sartre (1905-1985) viria derrubar postumamente este determinismo espinosiano reivindicando a humanidade do homem. Em “*O Existencialismo é um Humanismo*” (1946), Sartre, contrariamente a Espinosa, afirmou que a existência precede a essência. Assim, em outras palavras, Sartre dizia que o homem não é somente aquilo que ele pensa que é, mas apenas o que ele quiser ser depois de ser lançado à existência. Segundo Sartre, “o homem não é mais do que o que ele faz de si mesmo. Ele é, em princípio, um projecto que tem consciência de si mesmo. Por isso, o homem será o que tiver projectado ser e, dado que o é, ele é responsável por aquilo que é e por tudo o que fizer. Portanto, ele é inteiramente responsável pelas suas escolhas e tem a inteira liberdade para adoptar os comportamentos que quiser” (SARTRE, 1978, p. 213-214).

O professor e filósofo britânico A. J. Ayer (1910-1989) não perdeu a oportunidade de se fazer ao debate. De facto, Ayer nota os extremismos tanto de Espinosa quanto de Sartre e tenta afirmar que o livre arbítrio não é destruído pela estrutura causal, mais ou menos aquilo que alguns preferem chamar de compatibilismo.

Para Ayer, o simples facto de se poder explicar um comportamento; por se submeter às leis naturais, isto não equivale a dizer que é um comportamento coagido (que é com a liberdade de escolha, com acção voluntária) pois só a acção coagida, a falta de liberdade de escolha e a acção voluntária é que anula o livre arbítrio (AYER, 1954a, p. 282-284). Daí que para Ayer, o que leva as pessoas pensar que o livre arbítrio é incompatível com o determinismo são as confusões que há no uso dos conceitos de “causa” e “necessidade”. Mas existe um aspecto fulcral no determinismo espinosano que é a subjacente ideia de que o futuro pode ser explicado em termos do passado. O que significa que se pudessemos saber algo suficiente do passado seríamos capazes de prever o futuro, o que leva a inferir que tudo o que acontece no futuro já está determinado. Se as coisas forem assim, aqui se erguem várias questões: como posso dizer que disponho de uma vontade livre num mundo determinado, onde tudo já foi decidido? Não será o homem porventura prisioneiro indefeso do destino?

Ayer diz:

“Se traduzirmos o determinismo pela expressão de que todos os acontecimentos futuros já por nós foram decididos estamos a errar, porque a essência do determinismo está no facto de ele, implicitamente, afirmar que por certas leis e



factos do passado se pode deduzir algo sobre o futuro. Isto não implica, nem quer dizer que o homem é prisioneiro indefeso do destino. E muito menos significa que as minhas acções não afectam o futuro, o que pode acontecer é que o meu comportamento pode ser 'previsto', o que é totalmente diferente dizer que estou agir sob coacção" (AYER apud ALMEIDA – MUCHO, 2006, p. 38-39).

5 Conclusão

Espinosa apresenta uma nova ética ontológica que parte do entendimento do homem enquanto modo finito de ser constituído por corpo e mente, ideias e pensamentos que afetam e são afetados pelas coisas e pelos corpos.

O nosso excursus sobre o pensamento ético espinosano revelou-se de extrema importância, enquanto suscitou em nós a necessidade de uma contínua reflexão em torno dos problemas éticos, problemas esses que devem ser lidos e considerados não apenas na dimensão imanente como também naquela transcendente.

REFERÊNCIAS

- ABAGNANO, Nicola. **História da Filosofia**. Lisboa: Presença, 1970.
- ABRUNHOSA, Maria António – LEITÃO, Miguel. **Um outro olhar sobre o mundo. O Universo do conhecimento**. Lisboa: Asa, 1995.
- ALMEIDA, Aires – MUCHO, Desidério. **Textos e Problemas de Filosofia**. Londres: Plátano, 2006.
- AYER, J. **Liberdade e necessidade**. Londres: Macmillan, 1954.
- CHAGAS, Eduardo Ferreira. **Feuerbach e Espinosa: Deus e Natureza, dualismo ou unidade?** In Revista de Ciências Humanas e Políticas. S. Paulo, 2006.
- CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Espinosa: Uma Filosofia da liberdade**. S. Paulo: Moderna, 2005.
- GAARDER, Jostein. **O Mundo de Sofia**. S. Paulo: Casa das Letras, 1991.
- GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HISCHBERGER, Johannes. **História de la Filosofia: Edad Moderna y Edad Contemporânea**. Barcelona: Herder, 1997.
- PINTO, Anselmo Orlando. **Dimensão geométrica da Ética em Baruch Espinosa**. p. 161-178.



M. E. G. De PEDRO, et all. **Fundamentación tomista de la ética profesional. Manual introdutório al pensamento ético de Santo Tomás de Aquino.** Santiago de Chile: Ril Editores, 2013.

MAGEE, Bryan. **História da Filosofia.** Singapura: Civilização, 1999.

MICCOLI, Paolo. **Storia della filosofia moderna. Dal rinascimento a Kant.** Città del Vaticano: UUP, 1999.

MONDIN, Baptista. **O homem, quem ele é?** São Paulo: Paulus, 1980.

PABLO, Joel Almeida. **A concepção de Deus imanente em Espinosa.** Brasil: ULL, 2011.

SABATTINI, Majorano. **La filosofia morale all'inizio dell'età moderna.** Roma: UUP, 2007.

SARTRE, Jean Paul. **O Existencialismo é um humanismo.** Lisboa: Presença, 19784.

SPIAZZI, Raimondo. (Ed.). **Enciclopedia del pensiero sociale criatiano.** Bologna: ESD, 1992.

SPINOZA, Baruch. **Ética demostrada según el orden geométrico.** Madrid: Editora Nacional, 1980.

TENDEIRO, Maria da Graça. **O desejo na ética de Espinosa.** Philosophica nº 28. Lisboa 2006. In www.centrodefilosofia.com, consultado em 10 de Outubro de 2015.



PINTO, Anselmo Orlando. Dimensão geométrica da Ética em Baruch Espinosa. **Kalagatos**, Fortaleza, Vol.15, N.1, 2018, p. 161-178.

Recebido: 15/06/2017

Aprovado: 13/12/2017